

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O MOVIMENTO ECOLÓGICO NO VALE DO RIO GRAVATAÍ, RS

Lorétti Portofe de Mello
Boletim Gaúcho de Geografia, 18: 43-50, maio, 1991.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40176/26172>

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1991

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Movimentos Sociais Urbanos:

O Movimento Ecológico no Vale do Rio Gravataí, RS*

Lorétti Portofé de Mello**

A bacia hidrográfica do rio Gravataí, situada junto à Região Metropolitana de Porto Alegre, (RMPA) abrange áreas de 8 municípios e estende-se por cerca de 2020km². A população (730.000 habitantes) está praticamente concentrada nas áreas urbanas, na porção oeste da bacia, enquanto as áreas rurais perfazem 86% do total da mesma. A água para abastecimento público é captada do rio Gravataí, o qual serve, também, como diluidor de despejos industriais e domésticos, que são lançados com escasso, ou nenhum tratamento. A topografia praticamente plana da bacia resulta em vastas áreas, periodicamente inundáveis, que tem servido para alojar a população de baixa renda que vem, ao longo das últimas décadas, migrando em direção a RMPA, ou deslocando-se de áreas centrais para periferia. Estes abastecimentos vêm se dando em sítios inadequados à habitação humana, gerando condições insalubres de vida e consequências ambientais negativas (Mapa)

As nascentes do rio Gravataí, situadas na porção leste da bacia, constituem o chamado Banhado Grande, que ocupava, originalmente, cerca de 450 km², estando, hoje, reduzidos a menos de 50km², consequência de drenagens. Como Resultado, cada vez maiores são os efeitos das estiagens na diminuição da vazão do rio Gravataí e, portanto, no abastecimento público.

Neste contexto é que, no ano de 1979, foi fundada a Associação de Proteção à Natureza do Vale do Gravataí, APN-VG, surgida a partir da iniciativa de um grupo de aproximadamente 30 pessoas que vinham, já há algum tempo, preocupando-se e protestando contra a degradação ambiental na região.

* Trabalho apresentado para a disciplina "A organização social e política na cidade", do Curso de Especialização em Geografia Ambiental Urbana, UFRGS, 1990.

** Bióloga do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, RS.

Os moradores tradicionais do Vale do Gravataí guardam, em relação ao seu rio, um sentimento de identificação. Até pouco mais de duas décadas, o rio constituía-se numa fonte de trocas com a população, pois, além das inúmeras praias, com vegetação marginal, onde as pessoas costumam banhar-se, o rio servia como fonte de alimento, devido à sua piscosidade e à caça, abundante em toda a bacia, principalmente na região do Banhado Grande. Além disso, havia pontos em que se estabelecia o comércio de produtos oriundos das áreas rurais, trazidos até o município de Gravataí através de embarcações, que dali partiam em direção a Porto Alegre. As áreas marginais ao rio não eram ocupadas intensamente, devido às enchentes periódicas, que se dão em épocas de maiores precipitações.

As drenagens do Banhado Grande, promovidas pela Comissão Estadual de Obras e Irrigação e executadas pelo DNOS, a partir do ano de 1964, o avanço da ocupação das áreas inundáveis do curso médio e inferior do rio, os desmatamentos e os despejos de esgotos domésticos e industriais no rio, sem tratamento, fizeram com que os usos tradicionais deste recurso hídrico, pela população, se tornassem paulatinamente inviáveis, rompendo-se, assim, aos poucos, a relação existente. Diante disto, algumas pessoas na comunidade começaram a denunciar a degradação ambiental e alertar para as consequências negativas que dela adviriam. Estas denúncias, fruto da indignação, eram dirigidas ao poder público, responsável pelo disciplinamento do uso do solo e das águas e dificilmente encontravam eco, pois raras foram as ações que tiveram por objetivo reverter a tendência dos fatos. Entretanto, a continuidade das reivindicações e a utilização da imprensa para divulgação dos protestos contra os danos ao ambiente foram fazendo com que o grupo adquirisse mais e mais adeptos no vale do Gravataí, até que, em 14 de junho de 1979 foi fundada a APN-VG.

A entidade, "organizada na forma de sociedade civil de direito privado, com finalidades exclusivamente associativas, culturais, humanitárias, técnicas e científicas, sem fins lucrativos", segundo seus estatutos, conta, atualmente, com cerca de 350 associados. Sua diretoria é constituída por Presidente, 2 vice-presidentes, 2 Secretários e 2 Diretores de Finanças, escolhidos através de eleições diretas a cada 2 anos. A receita da Associação provém, fundamentalmente, das contribuições mensais dos associados, fixados em 1 (um) por cento (1%) do salário de referência regional mensal, de rendimentos patrimoniais, de contribuições espontâneas, auxílio, subvenções e doações.

As reuniões de Diretoria ocorrem quinzenalmente, na sede da Associação, que foi doada pela Sociedade Orquidófila de Gravataí (SOGRA). A divulgação do trabalho da APN-VG se dá através de palestras em escolas, associações comunitárias, igrejas, etc. No período entre 1979 e 1987, a Associação publicou um jornal, de circulação eventual, no qual divulgava suas atividades e sua filosofia.

Dentre as principais realizações da APN-VG, pode-se citar:¹

- realização de denúncias aos órgãos públicos e divulgação nos meios de comunicação sobre a destruição do Banhado Grande;
- realização de uma Procissão Ecológica, protesto contra a destruição do rio Gravataí e suas nascentes, na qual compareceram cerca de 8.000 pessoas;
- proposição de construção de uma barragem para regularização da vazão do rio Gravataí;
- denúncias sistemáticas sobre a falta de tratamento dos esgotos cloacais e efluentes industriais na bacia hidrográfica do Gravataí;
- denúncias sobre irregularidades na implantação de loteamentos;
- implantação de um programa de educação ambiental nas escolas de 1º e 2º grau no município da bacia;
- plantio de 750 mudas de árvores nativas e frutíferas nas margens do rio Gravataí;
- realização do Ciclo de Estudos e Debates sobre Banhados no RS.

Dentre os resultados mais significativos de sua luta, a Associação obteve o crescimento da consciência ecológica na população da bacia hidrográfica; a edição da Portaria nº 10/79, da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, que proíbe as drenagens no Banhado Grande; a diminuição do processo de ocupação das áreas alagáveis da bacia, por loteamentos, e diminuição dos desmatamentos. Permanecem, como objetivos da APN-VG, a efetiva preservação do Banhado Grande e o saneamento do rio Gravataí, através do tratamento dos efluentes industriais e domésticos, originários nos municípios que fazem parte da bacia hidrográfica.

Atualmente, a Associação atravessa uma fase de reestruturação, em que é considerada fundamental a tarefa de angariar recursos visando a uma atuação eficaz, que a permita atingir seus objetivos. Convém mencionar as doações recebidas pela APN-VG de diversas entidades, como o aerobarco, cedido pelo Projeto Pro-Fauna, o carro doado pela Prefeitura Municipal de Gravataí, a verba destinada pela Câmara de Vereadores de Gravataí, e as diversas doações feitas por indústrias da bacia.

¹ Estas realizações foram avaliadas através do exame do livro de Atas das reuniões da Associação e podem ser classificadas em: trabalhos de denúncias/reivindicações junto à imprensa e aos órgãos públicos; trabalhos de interação com educação trabalhos de cunho técnico.

Movimentos Sociais Urbanos: O Movimento Ecológico

As preocupações ecológicas no mundo tem a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, seu marco. Embora desde o século XIX, a nobreza européia já demonstrasse certa apreensão em relação ao extermínio da fauna, que servia de caça, somente na década de 70 a humanidade começou a perceber claramente a abrangência dos problemas ambientais, gerados pelo crescimento econômico.

"Foi no clima de crise do marxismo da década de 70 que os movimentos ecológicos se desenvolveram... Eles são parcialmente herdeiros da cultura socialista e particularmente da crítica marxista da ética utilitarista. O ecologismo critica o utilitarismo, não apenas nas relações ao interior da sociedade (como o faz o marxismo) mas também e fundamentalmente nas relações sociedade-natureza". (VIOLA)

Para este autor, o movimento ecológico distingue-se, enquanto movimento social, por possuir valores e interesses universais, que ultrapassam fronteiras de classe, sexo, raça e nação. Esta opinião é partilhada por Carlos Walter Porto Gonçalves:

"Não há um corpo ecológico enquanto condição social. Não há, para o movimento ecológico, essa base objetiva, produzida e instituída socialmente através de Lutas. Essa é uma diferença extremamente significativa: o movimento ecológico é mais difuso, não apreensível do mesmo modo que os demais corpos que se movimentam social e politicamente". (GONÇALVES, 1989)²

Especificamente em relação aos países do terceiro mundo, Viola considera que os movimentos ecológicos têm sua base social reduzida aos setores médios, apesar dos esforços empreendidos no sentido de penetrar nos setores populares. Esta dificuldade é tão mais estranha quando se percebe que alguns dos objetivos dos movimentos sindicais, operários, populares urbanos e rurais são profundamente ecológicos (luta por condições de trabalho, saneamento básico, serviços de saúde público, propriedade da terra, ...).

A emergência dos movimentos sociais urbanos no Brasil nas últimas décadas coincide com a expansão do capitalismo e a urbanização dela decorrente. A carência de equipamentos urbanos nas periferias, que crescem vertiginosamente sem qualquer planejamento, e os acentuados contrastes entre os bairros centrais e periféricos, tem levado à organização da comunidade no sentido de exigir do Estado a satisfação de suas necessidades, que são seus direitos sociais básicos.

² Esta posição contrasta com a assumida por Enzensberger, que refuta a chamada "neutralidade social" da argumentação ecológica: "O movimento ecológico somente surgiu no momento em que os bairros residenciais burgueses e as relações vitais da burguesia sofreram o gravame ambiental próprio do processo de industrialização". (ENZENSBERGER, 1973).

"Por outro lado, emergem neste período movimentos urbanos que ultrapassam os limites da periferia, mobilizando setores de classe média também preocupados com a melhoria da qualidade de vida, sobretudo, em questões vinculadas à preservação do patrimônio ambiental e cultural, ao lazer e ao controle do uso do solo. Longe de se constituir em problemas secundários, a crescente inclusão desses temas à pauta das reivindicações urbanas - além de sua importância em si - reforça a proposta mais ampla de criação de canais de participação popular na gestão urbana, acentuando os direitos de todos os cidadãos decidirem sobre o futuro do seu habitat. A incorporação dos setores médios ao mesmo tipo de luta que o morador da periferia já vem travando há anos, longe de desfocar o caráter eminentemente popular desses movimentos confere-lhes novo fôlego na proposta de transformá-los em pólos disseminados de poder que se contrapõem ao centralismo do poder e o Estado. (VÉRAS, BONDUKI, 1986)

As formas de luta por questões ecológicas abrangem, no seu bojo, grupos cujos interesses e ideologia apresentam diferenças entre si. (ENZENSBERGER, 1973) considera a existência de três categorias:

A mais importante é constituída pelos *tecnocratas*, situados em todos os níveis do aparato estatal e da indústria, com o objetivo de aportar soluções particulares para problemas particulares, no prazo mais breve possível, sempre no ponto, e somente no ponto, em que há ameaça de surgimento de um potencial conflito político ou econômico. Deste tipo de gente não se pode esperar encontrar uma autêntica consciência do problema, pois entendem a questão ecológica de um ponto de vista absolutamente "pragmática", quer dizer, como lacaios da classe dominante, e só pertencem ao "movimento ecológico" enquanto se constituem seus manipuladores e beneficiários".

A segunda forma, de consciência ecológica tem caráter político menos claro, assim como a "praxis" que lhe corresponde. Trata-se, neste caso, de pequenos grupos de "concerned and responsible citizens", como dizem nos Estados Unidos. Esta expressão, como sua correspondente castelhana "iniciativa privada", demonstra o caráter classista de seus componentes: preponderantemente estão constituídos por elementos da classe média, a nova pequena burguesia. Seus objetivos são modestos, porém contam com poder suficiente para impedir a execução de grandes projetos (...). Estes grupos de ação ecológica podem se converter em uma força política de primeira ordem, que já não se pode ignorar. Por um lado, exercem pressão em favor da satisfação de necessidades com as quais se sentem comprometidos. Por outro, orientam suas ações para fins próximos, que não podem ser qualificados como políticos (...). O pequeno alcance destas iniciativas não deve enganar-nos e impedir-nos de ver que nelas subjaz o núcleo de um possível movimento de massas".

Por último, "há os chamados *eco-freaks*, que interpretam um papel puramente marginal no movimento ecológico, apesar de se considerarem o centro do mesmo. Este grupos oriundos dos grupos de protesto, fazem o repúdio à civilização e à cidade. Vivem em comunidades rurais, produzem seus próprios alimentos e tratam de praticar um "modo de vida natural" que pode ser considerado como simulação de um modo de vida pré ou pós-in-

dustrial. Seu substrato de classe corresponde ao dos hippies dos anos 60".

Considerações finais

O exame do que até aqui foi exposto permite-nos reconhecer uma identidade do movimento ecológico na Bacia do Gravataí, expressas pela Associação de Preservação da Natureza - APN-VG - com formas de ação coletiva (movimentos sociais) que visam à melhoria nas condições da vida. São, segundo Calderón e Jelin (1987). "Demandas de renovação urbana, que implicam tanto transformações nas relações sócio-culturais habituais, como impugnações à ordem espacial e ecológica em nossas cidades".

A luta pela preservação ambiental é basicamente, a luta pelo direito à cidadania. A agudização de um problema concreto resulta na constatação de que o Estado não assegura o bem-estar comum, sendo então necessário que a população se organize e pressione os órgãos públicos para que as providências sejam tomadas.

"No processo de pressão, diálogo direto e negociação que os movimentos estabelecem com as diferentes agências públicas com que se defrontam, verifica-se que o enquadramento institucional torna-se tônica dominante na dinâmica entre estes, onde o Estado é cada vez mais forçado a assumir compromissos com soluções concretas para a população que reivindica". (JACOBI, 1986)

A APN-VG tem demonstrado ao longo de sua existência, possuir significativa capacidade de mobilização da população e tem obtido do Estado, de certo modo, respostas às suas demandas. Entretanto, a sua reivindicação não focaliza um aspecto importante da degradação ambiental da Bacia do Gravataí, qual seja a apropriação dos recursos naturais, como o solo e a água, por diferentes grupos sociais que nela coexistem. A utilização da água, enquanto um bem público e, portanto, social, dá-se de forma diferenciada ao longo do rio Gravataí. A atenção da Associação tem-se voltado para as questões como desmatamento, contaminação, urbanização de várzeas, quando, parece-nos, estas são apenas consequências da distribuição desigual de bens que são comuns à sociedade como um todo. Conforme Jacobi, "a grande maioria dos movimentos não tem pautado sua ação no sentido de transformar a sociedade, imprimindo-lhe um sentido novo, mas tem atuado principalmente como grupos de pressão sobre o Estado para obter respostas concretas às suas demandas através de dinâmicas diferenciadas..." (JACOBI, op. cit.)

Evidentemente, esta limitação na atuação do movimento deverá ser superada à medida em que se ampliem as formas de participação. "A capacidade e iniciativa do Estado, cujo objetivo é atenuar as demandas e resolvê-las dentro dos seus critérios de estabelecer prioridades, através da criação de espaços de participação controlada, o movimento deverá responder de forma articulada e com alternativas concretas. E estas deverão consubstanciar-se na proposta de novas práticas que configurem seu papel de interlocutor reconhecido pelo Estado, respeitando por sua vez os espaços de

atuação, e possibilitem a sua ação política no sentido de disseminar concepções mais avançadas de gestão e outras formas". (JACOBI, op. cit.)

Neste sentido, parece-nos, caberia uma atuação ainda mais reivindicatória e incisiva da APN-VG em formas institucionalizadas de controle do Estado, como é o caso do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Gravataí, bem como através da utilização do Ministério Público como seu legítimo instrumento. A aplicação da chamada "Ação Civil Pública" como instrumento de pressão da comunidade é algo para o qual a Associação ainda não deu a devida importância.

Finalmente, julgamos que um maior aperfeiçoamento técnico, nos quadros que compõem a Associação, que lhe permita questionar as soluções dadas pelo Estado às questões apontadas pelo movimento, lhe garantirá maior credibilidade e independência, ao mesmo tempo em que significará crescimento no engajamento da população, fundamental para sucesso de qualquer movimento social.

Bibliografia

- 1 - CALDERÓN, Fernando & JELIN, Elizabeth. *Classes sociais e movimentos sociais na América Latina. Perspectivas e realidade*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5, 2: 67-83. Out. 1987.
- 2 - ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Por una critica de la ecologia política*. Madrid, Ed. Anagrama, 1973, 123p.
- 3 - GONÇALVES, Carlos Walter P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto, 1989, 148p.
- 4 - JACOBI, Pedro. *Equipamentos de consumo coletivo, demandas sociais e conquista da cidadania*. In: COVRE, Maria de Lourdes M. *A cidadania que não temos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 95-105.
- 5 - VÉRAS, Maura Pardini Bicudo e BONDUKI, Nadil Georges. *Da habitação que não temos aos movimentos sociais urbanos: novas perspectivas na busca da cidadania*. In: COVRE, Maria de Lourdes M. *A cidadania que não temos*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 58-71.
- 6 - VIOLA, Eduardo. *O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica*. In: PÁDUA, José A.: (org). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ, s.d. 109p.

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAVATAÍ

